

INTEGRAÇÃO NAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS

O conceito de *jointness* é adequado à Marinha brasileira?

"Guerras separadas em terra, mar e ar acabaram para sempre. Se novamente entrarmos em guerra, lutaremos em todos os elementos, com todas as forças armadas, em um único esforço concentrado."

Dwight D. Eisenhower

CARLOS CHAGAS VIANNA BRAGA*
Capitão-de-Corveta (FN)

SUMÁRIO

Introdução
Surgimento e consolidação do conceito de *jointness*
Experiências recentes
Dificuldades
Jointness e a evolução do pensamento estratégico naval
Razões e caminhos para a adoção do conceito pela Marinha
Conclusão

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, as operações combinadas consolidaram-se, no cenário mundial, como a forma moderna para a condução dos conflitos militares. Para tanto, muitos países têm implementado mudanças organizacionais e culturais no âmbito de suas forças, resultando no conceito

hoje conhecido como *jointness*. No Brasil, a criação do Ministério da Defesa, em 1999, reforçou o debate sobre a necessidade de integração das nossas forças singulares.

Diante disso, o propósito deste ensaio é discutir o conceito de *jointness* e sua aplicação nos conflitos atuais e concluir se o mesmo é adequado para a Marinha do Brasil.

* N.R.: O autor foi classificado em 1º lugar entre os oficiais FN do curso de Estado-Maior para Oficial Superior. Realizou o USMC Command & Staff College nos Estados Unidos em 1999/2000 com distinção.

SURGIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DO CONCEITO DE *JOINTNESS*

O primeiro passo, ao iniciarmos a abordagem do assunto, é assegurar a correta compreensão do que vem a ser *jointness*, sendo fundamental o entendimento de que o conceito significa muito mais que puramente a realização de operações combinadas, como poderiam sugerir os mais simplistas. Ele envolve existência de plane-

jamento prévio integrado no lugar de arranjos *ad hoc*, maior convivência de estado-maior e formação de mentalidade que permita o adequado conhecimento das possibilidades, limitações e peculiaridades de cada força singular pelas demais. Para tanto, exige longo processo de transformação cultural e criação de mecanismos que resultem na integração e interoperabilidade das forças singulares, garantindo, assim, eficiência e eficácia nas operações. (8:540)

PARA ESTE ENSAIO, EM TODA SUA EXTENSÃO, O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO NÃO DEVE, CONTUDO, VISAR A ELIMINAR AS DIFERENÇAS FILOSÓFICAS E CULTURAIS DAS FORÇAS. AO CONTRÁRIO, NECESSITA CRIAR UM EFEITO SINERGÉTICO, ONDE AS POSSIBILIDADES E PECULIARIDADES DE CADA FORÇA SEJAM MOLDADAS PARA COMPLEMENTAR AS DAS DEMAIS, GERANDO RESULTADO SUPERIOR À SIMPLES SOMA DAS PARTES (10:71)

Historicamente, observamos que operações combinadas não são um fenômeno recente. Desde a antiguidade, registram-se casos de emprego combinado de exércitos e marinhas, com maior ou menor integração. Contudo, foi após a Segunda Guerra Mundial, com a criação do Departamento de Defesa (DOD) nos Estados Unidos, que o assunto ganhou maior importância, apesar da resistência inicial das forças singulares, que preferiam operar independentemente. Como consequência, o processo de integração foi lento. As maiores transformações somente ocorreriam 40 anos após, em 1986, com a aprovação do *Goldwater-*

Nichols DOD Reorganization Act pelo Congresso americano, cujo propósito era sobrepujar as resistências e garantir a atuação integrada das forças singulares, aumentando o poder e a influência dos grandes comandos combinados e transformando em requisito de carreira, para os oficiais de todas as forças, o exercício de funções chamadas *joint*.¹ Desde então, a integração cresceu continuamente, sendo seu principal resultado o conceito de *jointness*, conforme entendemos hoje. (7:10)

Paralelamente, na Europa, a integração também cresceu intensamente, com alguns países levando-a ao extremo, como é o caso

1 N.A.: De acordo com o previsto no *Goldwater-Nichols Act*, as funções *joint* são aquelas realizadas nos estados-maiores de forças combinadas e aquelas realizadas por um oficial de determinada força na estrutura de outra. Exemplo: oficial do Exército atuando como instrutor em escola da Marinha.

da Inglaterra, que, a partir de 1998, após profunda revisão estratégica, organizou novos comandos combinados. Foram criados o Comando Combinado de Helicópteros, permanente, reunindo todas as aeronaves de asa rotativa, exceto algumas específicas como as dedicadas à guerra anti-submarino; o Comando Combinado Marinha/Força Aérea de Aeronaves de Asa Fixa e o Comando Combinado de Forças de Reação Rápida. (9:1)

Atualmente, na Europa ou nos Estados Unidos, não se vislumbra a realização de guerras que não sejam combinadas. Nas escolas militares de países como Inglaterra, França, Itália, Espanha e Alemanha, o assunto é estudado detalhadamente e intercâmbios de pessoal, exercícios combinados e multinacionais contribuem para a consolidação doutrinária e cultural. (4:1)

**Com três comandos
distintos e estanques, onde
as rivalidades se faziam
presentes a todo instante,
cada uma das forças
singulares argentinas
parecia lutar, nas Malvinas,
sua própria guerra**

EXPERIÊNCIAS RECENTES

A campanha das Malvinas, realizada pelos ingleses em 1982, retrata um clássico exemplo de como o emprego integrado das forças singulares pode contribuir para maximizar o poder de combate, mesmo em teatro eminentemente marítimo. Dentre outros aspectos, destacamos a presença de batalhões de páraquedistas do Exército, como parte da força de desembarque, a presença de aeronaves e elementos de operações especiais da Força Aérea e, mesmo nas unidades de fuzileiros navais, a presença de elementos do Exército, os quais, após a realização de cursos de adaptação, ficam permanentemente adju-

dicados aos *Royal Marines*, como no caso da artilharia. (9:2)

O fracasso argentino, por outro lado, reflete o oposto. Com três comandos distintos e estanques, onde as rivalidades se faziam presentes a todo instante, cada uma das forças singulares argentinas parecia lutar sua própria guerra. O resultado dificilmente teria sido diferente do ocorrido em 1982.

Em 1991, cinco anos após a aprovação do *Goldwater-Nichols Act*, o processo de integração das Forças Armadas dos Esta-

dos Unidos foi testado na Guerra do Golfo, considerada pelos analistas norte-americanos como a primeira experiência onde os aspectos de *jointness* foram plenamente empregados. Apesar de evidenciar a necessidade de aprimoramentos, o sucesso obtido demonstrou a validade e a superioridade do conceito. (10:72)

Podemos constatar que os últimos conflitos foram conduzidos de forma combinada, com significativa participação de componentes de todas as forças singulares e resultados bastante satisfatórios. Destacam-se Bósnia, Kosovo e, mais recentemente, Afeganistão. Em todos os casos foram constituídos comandos combinados, alguns multinacionais, no nível de condução operacional. (5:34)

Finalmente, quando este artigo encontrava-se em revisão, eclodiu a Guerra do Iraque, onde mais uma vez o conceito de *jointness* está sendo usado em sua plenitude. Ou seja, um comando combinado permanente (no caso, o US Central Command), sem afiliação com qualquer uma das forças

singulares², planeja e emprega meios a ele adjudicados para o cumprimento de missão específica. Boa parte das dificuldades encontradas durante a Guerra do Golfo parece ter sido superada, conforme podemos constatar em declaração do Brigadeiro (USAF) Victor Renuart, chefe de Operações do US Central Command durante o conflito: "Não há nada nesta campanha que não seja uma operação combinada e integrada.... Cada Força agrega uma capacidade específica, que deve ser integrada de modo a garantir o sucesso." (11:1)

DIFICULDADES

A implantação do conceito de *jointness* não é tarefa simples. Podemos, inicialmente, atribuir tal dificuldade às concepções doutrinárias e diferenças culturais, fortemente arraigadas em cada força ao longo de suas histórias e ao receio de perda da individualidade.

Verifica-se, também, que quanto maior é a capacidade de determinada força operar independentemente, maior será sua dificuldade inicial. Os exércitos são fortemente dependentes do apoio de outras forças: transporte para o teatro de operações, apoio aéreo e fogo naval, por exemplo. Conseqüentemente, por questão de necessidade, têm maior facilidade em absorver o conceito. (10:74)

As marinhas estão no extremo oposto, visto que a tradicional guerra no mar sempre implicou a capacidade de operar de forma autônoma e independente, uma vez que, longe das bases e no meio dos oceanos, o apoio de outras forças normalmente não estava disponível. É nesse ponto que uma Marinha com-

pleta, dotada de meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais, como a Marinha do Brasil, tende, inicialmente, a ter dificuldades ainda maiores na absorção do conceito.

Tal fato é perfeitamente compreensível, considerando que, à primeira vista, é mais fácil e eficaz operar utilizando meios próprios, perfeitamente integrados em concepção doutrinária única.

JOINTNESS E A EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO ESTRATÉGICO NAVAL

Conforme exposto, até muito pouco tempo, o pensamento estratégico das principais marinhas esteve fortemente assentado nas idéias de Mahan, entendendo o Poder Naval como a capacidade das grandes esquadras de lutar pelo comando do mar. (1:3) Nesta concepção, a interação com outras forças singulares era praticamente inexistente e desnecessária. Mesmo Corbett, o outro grande estrategista naval, apesar de identificar como princípio fundamental da estratégia marítima "determinar as relações mútuas entre Exército e Marinha em um plano de guerra" (3:81), relegava a segundo plano a integração mais profunda, classificando como "interferências" as necessidades das demais forças singulares.

Foi apenas recentemente que o pensamento estratégico naval foi alterado.

A publicação ... *From the Sea*, editada em 1992 pela Marinha dos Estados Unidos, iniciou o processo, identificando "uma fundamental mudança da condução de operações de guerra em alto-mar para a realização de operações combinadas a partir do mar".

2 N.A.: Atualmente, o cargo de comandante do US Central Command (que equivale ao de comandante do Teatro de Operações) é ocupado por um oficial-general do Exército americano (US Army). Tal cargo, assim como nos demais "comandos geográficos", é ocupado de forma alternada, por oficiais-generais das diferentes forças singulares. Seu estado-maior é composto equitativamente por membros de todas essas forças. O atual chefe de operações, por exemplo, pertence à Força Aérea americana (USAF).

A essa publicação seguiram-se outras,³ que consolidaram a nova concepção estratégica, voltada para a capacidade de operar nos litorais e em ambientes combinados.

A Marinha dos Estados Unidos reconhecia, assim, que seu poder de combate poderia ser substancialmente ampliado pela participação das demais forças singulares. (1:4)

Em seguida, a tradicional Marinha britânica também reformularia seu pensamento estratégico naval. Em 1998, após a Revisão Estratégica conduzida pelo Ministério da Defesa daquele país, a Royal Navy "alterou a ênfase de seu preparo, das batalhas oceânicas para a projeção de força e operações nos litorais, juntamente com as demais forças, com destaque para as características de versatilidade e mobilidade". (12:1)

Facilmente, podemos constatar que a nova concepção estratégica já é realidade e que as mais importantes marinhas têm procurado adequar-se, desenvolvendo navios para operar nos litorais (contratorpedeiro DD-X⁴, por exemplo), aumentando seus investimentos e pesquisas na guerra de minas, ampliando sua capacidade anfíbia, inclusive com a construção de novos meios⁵ e, principalmente, buscando integração com as demais forças singulares.

RAZÕES E CAMINHOS PARA A ADOÇÃO DO CONCEITO PELA MARINHA DO BRASIL

Há mais de cem anos, Mahan afirmava que nenhuma força armada seria capaz de

se auto-reorganizar sem impulso externo. (7:4) Devemos entender, assim, a importância da criação do Ministério da Defesa como fator motivador para a integração das forças singulares brasileiras. Sua criação constitui, ainda, indicação clara de que o nível político deseja conduzir de forma integrada os assuntos e operações militares.

Paralelamente, a intenção brasileira de ter papel mais atuante no processo decisório mundial impõe que nossas Forças Armadas estejam preparadas para operar dentro dos conceitos em vigor nos países mais desenvolvidos, podendo compor, inclusive, forças multinacionais. (2:9)

Ainda no nível político, mas com implicações no estratégico-militar, verificamos que mesmo países com orçamentos de defesa generosos encontram dificuldades em dotar suas forças singulares de todos os meios que desejariam, contribuindo o conceito de *jointness* para mitigar as limitações e deficiências de determinada força com as possibilidades de outra.

No Brasil, considerando o quadro de orçamentos militares cada vez mais reduzidos, sem indicadores de alteração (6:2-II), a importância da integração fica ainda mais evidente.

A primazia da política nos assuntos militares, conforme identificara Clausewitz, manifesta-se também na questão orçamentária. É nesse campo, portanto, que a Marinha deve atuar para receber recursos mais condizentes com suas necessidades, sendo, em um regime democrático, essencial atrair o interesse da população e, principalmente, da classe política.

3 N.A.: "Forward ... from the Sea," (1994), "Forward from the Sea: The Navy Operational Concept"(1997) e "Forward from the Sea Anytime, Anywhere"(1998).

4 N.A.: O contratorpedeiro DD-X, uma evolução do projeto do DD-21 Zumwalt, está em desenvolvimento pela Marinha dos EUA e deverá possuir características específicas que permitam a operação nos litorais e a projeção de poder sobre terra.

5 N.A.: Nos últimos anos, as principais marinhas européias, tais como Inglaterra, França, Itália, Espanha e Holanda, investiram na construção de modernos meios anfíbios.

A atuação combinada no cenário amazônico surge como excelente oportunidade, uma vez que a defesa da Amazônia parece ser, atualmente, o principal assunto militar capaz de mobilizar a atenção de parcela significativa da classe política.

No nível de condução operacional, podemos considerar a Amazônia como cenário típico, onde o conceito de *jointness*, corretamente aplicado, traria grandes vantagens à Marinha. Apesar de tratar-se de teatro terrestre, a importância da rede fluvial demanda a atuação da Marinha. A condução mais freqüente de exercícios combinados, sem a filiação com qualquer das forças singulares, produziria excelentes resultados, reduzindo resistências culturais, garantindo maior exploração das possibilidades dos meios navais e assegurando maior participação da Marinha no processo decisório regional.

Mesmo no Atlântico Sul, teatro eminentemente marítimo, a contribuição das demais forças não deve ser subestimada pela Marinha, conforme mostrou a atuação inglesa nas Malvinas.

Seguramente, a integração de meios como aviação de patrulha da Força Aérea brasileira e mesmo o apoio de baterias de costa do Exército brasileiro, cujo alcance aumentou consideravelmente nos últimos anos em função dos lançadores múltiplos de foguetes, podem contribuir para o controle de áreas marítimas em regiões próxi-

mas ao litoral, principalmente na Zona Econômica Exclusiva. Aeronaves de caça da FAB poderão complementar a atuação das aeronaves da Marinha, concepção já adotada pela Inglaterra e pelos Estados Unidos. (9:1)

No nível tático, as vantagens surgem à medida que somente a adequada integração poderá garantir os requisitos de interoperabilidade das forças e a otimização de seus meios afins. O emprego combinado desses

meios e diferentes técnicas permitirá maior número de opções táticas para nossas forças e, conseqüentemente, acarretará maiores dificuldades para o inimigo.

Os maiores desafios, contudo, são culturais, havendo grande desconhecimento por parte dos oficiais da Marinha quanto à essência das operações combinadas e quanto ao *modus operandi* das demais forças singulares e vice-versa, tornando-se, portanto, essencial

abordar o aspecto recursos humanos.

Assim sendo, ressaltamos a importância de intercâmbios de oficiais da Marinha com as demais forças singulares, nos mesmos moldes dos que já realizamos com algumas marinhas estrangeiras; o incremento da presença permanente de oficiais (instrutores e alunos) das demais forças singulares na Escola de Guerra Naval e a presença de oficiais da Marinha nas escolas de altos estudos militares (AEM) do Exército brasileiro e da FAB.⁶

**Pequenas alterações
organizacionais aliadas a
maior integração na
formação e utilização dos
recursos humanos poderão
produzir a transformação
cultural necessária à
adoção do conceito de
jointness pela Marinha, sem
que isso represente perda
da sua individualidade**

6 N.A.: O anexo A apresenta um modelo para a composição do corpo discente dos cursos de Altos Estudos Militares.

Como decorrência natural, exercícios combinados ocorrerão com maior frequência.

Em suma, pequenas alterações organizacionais aliadas a maior integração na formação e utilização dos recursos humanos poderão produzir a transformação cultural necessária à adoção do conceito de *jointness* pela Marinha, sem que isso represente perda da sua individualidade.

CONCLUSÃO

Atualmente, não se vislumbra a realização de guerras que não sejam combinadas. A história recente não apenas comprova tal assertiva, como também tem demonstrado o sucesso da concepção. Países que ousaram atuar de forma diferente fracassaram.

Como pudemos verificar, a adequada integração não é alcançada de forma instantânea, sendo resultado de longo pro-

cesso de transformação cultural. O conceito de *jointness* implica uma mais acentuada convivência de estado-maior e planejamento no nível de condução operacional.

No nível tático, implica maior interoperabilidade e otimização de meios afins.

Assim sendo, a Marinha do Brasil não pode deixar para o momento do emprego real suas preocupações, constituindo estruturas *ad hoc*, ineficazes devido à falta de tradição e conhecimento mútuo.

A evolução deve iniciar-se desde já, com a adoção do conceito de *jointness* atingindo aspectos organizacionais e de recursos humanos, conforme abordado no presente trabalho. Somente assim poderemos ter a certeza de que a nossa Marinha estará atualizada e pronta a atuar dentro da concepção que já é realidade nas mais importantes marinhas do mundo.

✉ CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:
<ARTES MILITARES> / *Jointness* /; Estratégia;

ANEXO A

MODELO SUGERIDO PARA A COMPOSIÇÃO DO CORPO DISCENTE DOS CURSOS DE ALTOS ESTUDOS MILITARES

Para os cursos de altos estudos militares, sugere-se a adoção de modelo semelhante ao das escolas dos Estados Unidos, onde cada força mantém o seu próprio curso, dando ênfase obviamente à sua concepção doutrinária, sendo que a diversidade dos alunos resulta no que podemos chamar de um “corpo discente combinado”. Por exemplo, em um curso de AEM com 200 alunos, existem cerca de 50% da própria força, 10% de cada uma das demais, 15% de estrangeiros e 5% de civis das agências ligadas ao Departamento de Defesa. Alguns oficiais continuariam a realizar o Curso de Estado-Maior de Defesa, que está sendo implantado na Escola Superior de Guerra. Tal modelo garantiria a manutenção das individualidades de cada força e permitiria aos integrantes das demais forças que a conhecessem de forma mais generalizada (no caso daqueles que realizarem o curso em suas próprias forças, onde o conhecimento das demais forças será fruto da presença de alunos e instrutores destas no curso) ou mais profunda (no caso daqueles realizarem o curso em outras forças).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BARRY, John L.; BLACKER, James. *After the Storm: The Growing Convergence of the Air Force and Navy*. Naval War College Papers, Newport, Autumn 2001. Disponível em: <http://www.nwc.navy.mil/press/Review/2001/Autumn/art6-au1.htm> Acesso em 12 jun. 2002.
2. BRASIL. *Política de Defesa Nacional*. Brasília, DF: Imprensa Nacional, 1996.
3. CORBETT, Julian. *Some Principles of Naval Strategy*. Annapolis, MD, EUA: Naval Institute Press, 1972.
4. CUPELLO FILHO, José. Entrevista concedida por Email, 27 jun. 2002.
5. KHAN, Asad. *Operation Enduring Freedom: Pakistan – An Enduring Friend*. Marine Corps Gazette, Quantico, VA, EUA, June 2002.
6. MARINHA DO BRASIL *Política Básica da Marinha*. 1ª Edição. Brasília, DF, 1998.
7. QUINN, Dennis J. *The Goldwater-Nichols DOD Reorganization Act: A Ten-Year Retrospective*. Washington, DC, EUA: National Defense University Press, 1999.
8. NAVAL WAR COLLEGE. *Strategy and Force Planning*. Newport, EUA: Naval War College Press, 1997.
9. SLATER, Jock. *A Message from the First Sea Lord*. Royal Navy Official Web Site, UK, 2002. Disponível em: http://www.mod.uk/issues/sdr/1sl_message.htm Acesso em: 20 jul. 2002.
10. TRAINOR, Bernard. *Jointness, Service Culture and the Gulf War*. Joint Forces Quarterly, Washington, DC, winter 1993-94.
11. UNITED STATES CENTRAL COMMAND. *Transcript of 4/5 CENTCOM Briefing*. Doha, Qatar, 2003. Disponível em: <http://www.globalsecurity.org/wmd/library/news/iraq/2003/iraq-030405-centcom03.htm>. Acesso em : 05 abr. 2003.
12. UNITED KINGDOM MINISTER OF DEFENSE. *Strategic Defense Review*. London, Inglaterra, 1998. Disponível em: <http://fas.org/nuke/guide/uk/doctrine/sdr98/keypoint.htm> Acesso em 03 abr.
13. UNITED STATES NAVY. *...From the Sea*. Washington, DC, 1992. Disponível em: www.chinfo.navy.mil/navpalib/policy/fromsea/fromsea.txt Acesso em: 20 jul. 2002.

**A culpa, procura-a mais
em ti mesmo que nos outros.**

Iyeyasu Tokugawa
(Ver página 59)